EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DE XXXXXX

FULANO DE TAL, brasileiro, casado, desempregado, portadora do RG sob o nº. XXXXX SSP/BA e inscrito no CPF sob nº XXXXXXX, residente e domiciliado na LUGAR X CEP.: XXXX, telefones: (X) XXXXXX e FULANA DE T A L, brasileira, casada, do lar, portadora do RG sob o nº.XXXX SSP/DF e inscrita no CPF sob nº XXXXXXX, residente e domiciliada na LUGAR X, telefones: (X) XXXXXXX, sob o patrocínio da DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXX, pleiteiam

AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL

com fulcro no artigo 1.120 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro, pelos motivos de fato e de direito que a seguir expõem:

I - DOS FATOS

- 1. Os Requerentes contraíram matrimônio em 31 de maio de 1985, sendo lavrado o assento de matrimônio sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens no Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Santa Maria da Vitória/BA, livro 7-B, Fls. 194, Termo 1858, conforme prova certidão de casamento anexa.
- 2. Dessa união adveio o nascimento de 5 (cinco) filhos, quais sejam: fulano de tal, nascido em 20 de Junho de 1987; fulana de tal, nascida em 26 de Janeiro de 1990; fulana de tal, nascida m 22 de janeiro de 1991, fulano de tal, nascido em 09 de Setembro de 1993 e fulana de tal, nascida em 06 de Junho de 1995, conforme cópia dos documentos anexos (doc. 04).
- 3. No entanto, encontram-se separados de fato há aproximadamente 17 (dezessete) anos.
- **4.** Os Requerentes possuem os seguintes bens imóveis: lugar x e uma posse velha, sem documentação qualquer, do xxxxxxxxx
- **6.** Declaram, ainda, que dispensam qualquer contribuição a título de pensão alimentícia entre si, vez que possuem meios próprios de subsistência.
- 7. O cônjuge virago voltará a usar o nome de solteiro: **fulana de tal.**

8. Ante o lapso temporal de 17 (dezessete) anos que os Requerentes se encontram separados de fato e a ausência de vontade de restabelecerem uma vida em comum, portanto, requerem seja julgado procedente o presente pedido de divórcio direto consensual.

II - DO PEDIDO

9. Ante o exposto, requer:

- **a)** Sejam-lhe concedidos os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos da Lei 1.060/50, por não poderem arcar com as despesas deste processo sem grave prejuízo de seu sustento e de sua família:
- **b)** A intimação do ilustre membro do Ministério Público, nos termos da lei;
- d) A procedência dos pedidos, a fim de decretar o divórcio Consensual do casal, expedindo-se, após o trânsito em julgado da sentença, o competente mandado para fins de averbação ao Cartório de Registro Civil, bem como alterando o nome da cônjuge mulher para que volte a usar o nome de solteira, qual seja: **FULANA DE TAL**

Dá-se à causa o valor de R\$ XXX (XXXXXXXXXXX),

Nestes termos, Pede deferimento.

FULANO Requerente

FULANA Requerente

FULANO Defensora Pública